



Ineditoriais

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2018

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI torna público que realizará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, utilizando o sistema eletrônico da Caixa Econômica Federal, para contratação de serviços técnicos especializados para o desenvolvimento de 1.200 (um mil e duzentos) objetos genéricos, distribuídos em pelo menos 200 (duzentas) famílias, observado o Regulamento da BNBIM, conforme especificações do Termo de referência, Anexo I deste Edital. O início da disputa de preços ocorrerá às 9h do dia 28/03/2018. Informações por e-mail: licitacao@abdi.com.br. O Edital está disponível nos sites www.licitacoes.caixa.gov.br e www.abdi.com.br.

ANDRÉ SANTA RITA PEREIRA
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2018

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI torna público que realizará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, utilizando o sistema eletrônico da Caixa Econômica Federal, para contratação de serviços de consultoria especializada para a realização de mapeamento internacional de Bibliotecas BIM, contemplando: (a) 5 (cinco) das mais bem estruturadas Bibliotecas BIM no mundo, descrevendo e caracterizando o seu funcionamento e nível de maturidade; e (b) Iniciativas de desenvolvimento de Bibliotecas BIM na América do Sul, conforme especificações do Termo de referência, Anexo I deste Edital. O início da disputa de preços ocorrerá às 15h do dia 28/03/2018. Informações por e-mail: licitacao@abdi.com.br. O Edital está disponível nos sites www.licitacoes.caixa.gov.br e www.abdi.com.br.

ANDRÉ SANTA RITA PEREIRA
Pregoeiro

ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Associação das Pioneiras Sociais torna pública a convocação dos candidatos abaixo relacionados, para início da etapa treinamento, dos seguintes Processos de Seleção Pública:

Publicação DOU	Class.	Nome	Inscrição
01/07/2016	1ª	José Renato Pereira	00025
Processo Seletivo nº 37/2016 - cargo: Operador de Manutenção - Hidráulica (Bombeiro Hidráulico)			
20/04/2017	8ª	Alan Silva Santana	0081
Processo Seletivo nº 9/2017 - cargo: Auxiliar de Copa e Cozinha			
20/04/2017	2ª	Mosart Neves Caires Filho	00149
Processo Seletivo nº 10/2017 - cargo: Cozinheiro			

LUCIANA DE SOUZA PINTO ALVARENGA ROSSI
Diretora Executiva/APS

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIAÇÃO E SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIAÇÃO E SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS - CEBRASPE

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em Milhares de Reais)

	Nota	2017	2016		Nota	2017	2016
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	127.109	123.466	Fornecedores	10	46.708	76.398
Clientes	4	33.376	150.953	Salários e encargos sociais	11	4.043	4.619
Estoques	5	2.097	2.139	Obrigações fiscais	12	523	529
Adiantamento a terceiros	6	645	875	Provisão para contingências	13	357	77
Impostos e tributos a recuperar	7	8.401	5.314	Contrato de Gestão	14	1.421	1.285
Outros créditos		286	279	Adiantamento de Clientes	15	1.425	-
		<u>171.914</u>	<u>283.026</u>			<u>54.477</u>	<u>82.908</u>
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	8	15.713	628	Fornecedores	10	3.235	2.673
Impostos e tributos a recuperar	7	859	-	Adiantamento de Clientes	15	-	9.984
Imobilizado próprio	9	12.037	12.985	Provisão para contingências	13	3.610	5.546

ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL PEDRO LEOPOLDO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2017

Homologo como vencedora da presente licitação a empresa GEO GERENCIAMENTO EXECUÇÃO DE OBRAS LTDA., CNPJ 19.533.707/0001-91, por ter apresentado proposta enquadrada no Edital para executar o objeto licitado com valor global de R\$137.443,81 (cento e trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta e três reais e oitenta e um centavos) em 05 de outubro de 2017.

Pedro Leopoldo, 9 de março de 2018.
DARLAN CHAVES FERREIRA
Presidente

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2018

A Associação comunica a abertura de processo licitatório, que objetiva a aquisição de Insumos Laboratoriais destinados ao Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe:

Pregão Eletrônico 019/2018. Data: 26/03/2018 às 10h00min

Recursos: 007/2014 - SETI.

O edital encontra-se à disposição no portal www.licitacoes-e.com.br

Autorizado em 27/02/2018.

JOSE ALVARO DA SILVA CARNEIRO
Representante Legal

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL

RESULTADO E CHAMADA PÚBLICA Nº 14/2017

O PRESIDENTE DO BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO-SUL (BRDE), NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TORNA PÚBLICO O RESULTADO FINAL DA CHAMADA PÚBLICA BRDE/FSA PRODAV 14/2017:

CHAMADA PÚBLICA BRDE/FSA PRODAV 14/2017:
Título do Projeto; Proponente; Valor do Investimento - Kriophobia; Fira Soft Desenvolvimento de Softwares LTDA ME; R\$ 997.099,96 / UNBINARY; Eludica Inovações Ltda.; R\$ 999.574,39 / Chef Pompom; Bossa Nova Films Criações e Produções S/A; R\$ 497.366,45 / Irmão do Jorel e os Zumbis Intergaláticos; Copa Studio Produtora Audiovisual Ltda; R\$ 499.574,39 / It's Play Time; SKULLFISH STUDIO DESENVOLVIMENTO DE JOGOS LTDA.-ME; R\$ 499.574,39 / Mail Tycoon; A.D.F. DESENVOLVIMENTO DE JOGOS LTDA; R\$ 499.574,39 / Murderball; PTBS DESENVOLVIMENTO DE JOGOS LTDA - ME; R\$ 499.574,39 / No Place for Bravery; TGF EXPERIENCIAS INTERATIVAS LTDA ME; R\$ 499.998,60 / Pirate Manager VR; Imgnation Desenvolvimento de Sistemas On Line de Entretenimento LTDA; R\$ 499.154,39 / Pro Player Champions; Manifesto Game Studio LTDA; R\$ 500.000,00 / Projeto VERUM - Atualizado; RAIMBAULT HUMBERTO & PEREIRA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - ME; R\$ 499.574,39 / Relic Hunters Blitz; ROGUE SNAIL CRIAÇÃO DE JOGOS LTDA ME; R\$ 499.574,39 / The Path of Calydra; Acquaclass Sistemas LTDA EPP; R\$ 499.574,39 / What The Duck; Renan Gomes Dantas ME; R\$ 499.160,00 / Elderand; FINISHER ESTUDIO LTDA. R\$ 249.550,00 / Fertiliel; SUPERNOVA GAMES LTDA-ME; R\$ 250.000,00 / Gude City: a day of chance; BANDUK ARTES VISUAIS LTDA - ME; R\$ 249.574,39 / LABORATÓRIO DA LUNA; ELEVATION TECNOLOGIA & COMUNICAÇÃO LTDA; R\$ 249.232,03 / Latarnix Puzzle; STUDIO ZYX SOFTWARE, GAMES, APLICATIVOS E ANIMACOES LTDA; R\$ 249.574,39 / Super Mombo Quest; ORUBE GAME STUDIO LTDA -EPP; R\$ 249.574,39 / The Posthumous Investigation; MOTHER GAIA; STUDIO DESENVOLVIMENTO DE GAMES LTDA - ME; R\$ 249.574,39 / Tome; Supreme Feira Moderna Produções Digitais LTDA; R\$ 249.574,39.

Em, 9 de Março de 2018
ORLANDO PESSUTI
Diretor-Presidente BRDE

CARCARÁ ENERGIA S.A.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO RESULTADO FINAL DA SELEÇÃO SIMPLIFICADA

CARCARÁ ENERGIA S.A. torna público o resultado final da Seleção Simplificada para contratação do Cargo: Engenheiro de Segurança do Trabalho - Classificado: Carlos Antônio de Lima Sales.

Recife-PE, 9 de março de 2018
DANIEL CALADO CORDEIRO
Gerente Administrativo/Financeiro

Imobilizado cedido	9	3.634	5.861	Obrigações com Entidades Governamentais	16	8.745	9.191
		<u>32.243</u>	<u>19.474</u>			<u>15.590</u>	<u>27.394</u>
				Patrimônio Social			
				Superávit acumulado	16	192.198	173.548
				Superávit/Déficit do Exercício	16	(58.108)	18.650
						<u>134.090</u>	<u>192.198</u>
		<u>204.157</u>	<u>302.500</u>			<u>204.157</u>	<u>302.500</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em Milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Receita líquida	17	176.936	465.493
Custos	18	<u>(107.871)</u>	<u>(280.864)</u>
Superávit bruto		<u>69.065</u>	<u>184.629</u>
Despesas operacionais			
Pessoal e encargos sociais e assistenciais	18	(52.263)	(52.530)
Utilidades e serviços	18	(22.823)	(25.911)
Despesas gerais	18	<u>(61.572)</u>	<u>(95.488)</u>
		<u>(136.658)</u>	<u>(173.929)</u>
Resultado antes da receitas e despesas financeiras		<u>(67.593)</u>	<u>10.700</u>
Despesas e receitas financeiras, líquido		9.485	7.950
Superavit / Déficit líquido do exercício		<u>(58.108)</u>	<u>18.650</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em Milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Superavit / Déficit líquido do exercício		<u>(58.108)</u>	<u>18.650</u>
Outros resultados abrangentes		-	2.540
Total dos resultados abrangentes do exercício	19	<u>(58.108)</u>	<u>21.190</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em Milhares de Reais)

	Nota	Patrimônio Social	Superávit Acumulado	Déficit Acumulado	Total do patrimônio Social
Saldos em 31 de dezembro de 2013		-	-	-	-
Integralização do Patrimônio Social		16.398	-	-	16.398
Superávit do exercício		-	86.635	-	86.635
Saldos em 31 de dezembro de 2014		<u>16.398</u>	<u>86.635</u>	-	<u>103.033</u>
Ajustes de integralização do patrimônio social		(5.639)	-	-	(5.639)
Ajustes de exercícios anteriores		-	67.828	-	67.828
Superávit do exercício		-	16.545	-	16.545
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>10.759</u>	<u>171.008</u>	-	<u>181.767</u>
Ajustes de integralização do patrimônio social		(10.759)	-	-	(10.759)
Ajustes de exercícios anteriores		-	2.540	-	2.540
Superávit do exercício		-	18.650	-	18.650
Saldos em 31 de dezembro de 2016		-	<u>192.198</u>	-	<u>192.198</u>
Ajustes de integralização do patrimônio social		-	-	-	-
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	-	-
Déficit do exercício		-	-	(58.108)	(58.108)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	16	-	<u>192.198</u>	<u>(58.108)</u>	<u>134.090</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em Milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais	2.12		
Superávit do exercício		(58.108)	18.650
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Despesas de Depreciações e Amortizações		4.671	5.431
Ajuste de exercícios anteriores		-	2.540
Variações nos ativos			
Aumento/redução de clientes		117.577	(2.590)
Aumento/redução de estoques		42	(460)
Aumento/redução de adiantamento a terceiros		230	(735)
Aumento de tributos a recuperar		(3.946)	(4.332)
Aumento/redução de outros créditos		(7)	777
Aumento/redução Depósitos Judiciais		(15.085)	(152)
Variações nos passivos			
Aumento/redução de fornecedores		(31.094)	77.112
Aumento/redução de salários e encargos sociais		(576)	(12.027)
Aumento/redução de obrigações fiscais		(6)	32
Aumento/Redução de adiantamento de clientes		(8.559)	-
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais		5.139	84.246
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições de imobilizado e intangível, líquidas		(1.496)	(4.829)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos		(1.496)	(4.829)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Fornecedores		-	2.673
Adiantamento de Clientes		-	9.984
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos		-	12.657
Aumento/Diminuição nas disponibilidades		3.643	92.074
Saldo Final de Disponibilidades	3	127.109	123.466
Saldo Inicial de Disponibilidades		123.466	31.392
Aumento/Diminuição nas disponibilidades		3.643	92.074

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017. (Valores expressos em Milhares de Reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - Cebbraspe, é uma associação civil sem fins lucrativos, com sede em Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.284.407/0001-53 e reconhecida estatutariamente pelo Conselho de Administração, com registro cartorário no 2.º Ofício de Registros de Pessoas Jurídicas, deste distrito, mediante as inscrições n.º 000082416, 000082415 e 000087661, respectivamente, fazendo constar a finalidade e os objetivos sociais deste Centro, pertinentes ao fomento, à promoção do ensino e da pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico e institucional.

O Cebbraspe qualifica-se como Organização Social - OS pela Presidência da República, por meio do Decreto n.º 8.078 de 19 de agosto de 2013, sendo posteriormente firmado Contrato de Gestão de n.º 01, datado de 18 de fevereiro de 2014 com o MEC (órgão supervisor), com a interveniência da Fundação Universidade de Brasília (FuB/UnB) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, observando o disposto no artigo 5º da Lei n.º 9.637/98.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de preparação: as demonstrações financeiras em consonância com as práticas contábeis desenvolvidas no Brasil, alusiva à Resolução CFC n.º 1.409/12 (ITG n.º 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros), são de responsabilidade desta administração.

Essas demonstrações foram elaboradas em função das inúmeras formas de avaliações empregadas sobre as estimativas contábeis. Essas estimativas são disciplinadas por fatores objetivos e subjetivos, como base de conhecimento para definição do valor oportuno a ser registrado. Dentre os itens suscetíveis aos registros contábeis destacam-se a aplicação do prazo de vida útil dos bens do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, bem como a probabilidade dos demais riscos contingenciais na determinação das despesas, quando admissível.

A adoção das práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras está delimitada a seguir. As definições são abordadas de modo substancial no período indicado, salvo disposição em contrário.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa: são recursos financeiros de liquidez moderada, isto é, enumeram-se os dispêndios com dívidas de curto e longo prazos, a obtenção de ganhos financeiros sobre os valores mobiliários investidos e a emissão do faturamento auferido, além de outros compromissos administrativos previstos estatutariamente. Para isso, é necessário atender três requisitos: ser financeiramente disponível em curto prazo, ter liquidez imediata e exprimir insignificante risco de mudança de valor.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: a preparação das demonstrações financeiras segundo as convenções contábeis brasileiras, recomenda que esta administração utilize de entendimentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As classes contábeis do ativo e do passivo admitem valores residuais em: ativo imobilizado, perda para redução ao valor recuperável de ativos, perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa (PECLD), perdas de contingenciamento operacional, mensuração de instrumentos financeiros básicos e outros direitos e obrigações relacionados aos benefícios laborais. Relevante notar que este Centro reavalia anualmente as estimativas apontadas.

O procedimento de elaboração das demonstrações financeiras alusivo as entidades sem fins lucrativos exigem que este Centro faça uso de instrumentos formais técnico-científicos concernentes aos valores apurados no ativo, passivo, despesa e receita mencionados em demonstrações e notas explicativas.

2.4 Instrumentos financeiros básicos ativos financeiros são reconhecidos pelo valor justo decorrentes do resultado de: investimentos em valores mobiliários mantidos até o vencimento, empréstimos bancários, contas a receber e de ativos disponíveis para venda. Entre os tipos de ativos financeiros presentes neste Centro incluem-se o caixa e os equivalentes de caixa, as aplicações financeiras em renda fixa e os direitos creditórios contratuais a receber.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

O Cebbraspe avalia durante o encerramento das demonstrações financeiras se transcorreu, em determinado intervalo, a desvalorização econômica (recuperação) do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros. Terminantemente, considera-se não recuperável quando houver indicação de ausência de retomada do resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (um evento de perda incorrida) e essa perda tenha influência no fluxo de caixa estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente presumido.

Passivos financeiros

As obrigações financeiras são reconhecidas pelo valor justo, de maneira similar ao ativo financeiro. Por conseguinte, envolve as obrigações deste Centro com terceiros interessados, as quais destacam-se os fornecedores de mercadorias e serviços, as obrigações trabalhistas e tributárias dentre outras.

Instrumentos derivativos

O Cebraspe não efetivou, neste exercício ou em períodos anteriores juntamente às Instituições Financeiras, transações especulativas no mercado financeiro que motivassem a aquisição de produtos bancários com vistas a almejar ganhos vinculados a esse tipo de instrumento.

2.5 Imobilizado: o valor contábil dos bens integrantes do ativo imobilizado escriturou-se pelo custo de aquisição do bem, deduzido das depreciações acumuladas, durante o seu uso. O encargo de depreciação, opcionalmente, é calculado pelo método linear, sendo que às taxas anuais são resultantes da vida útil-econômica desses bens. Este Centro não constatou hipóteses de desvalorização no valor recuperável de seu ativo imobilizado.

Um item do imobilizado é baixado de seu controle patrimonial pela alienação ou quando não satisfizer os benefícios econômicos futuros resultantes da sua utilização. O ganho ou a perda eventual decorrente do bem tangível (calculado pela diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do bem) são registrados na demonstração do resultado do período em que ele for desativado.

Tanto o valor residual quanto a vida útil remanescente do bem, assim como, os métodos de depreciação aplicados são revistos durante o encerramento do exercício social, e ajustados de forma compatível, quando a situação permitir ou requerer.

2.6 Recursos vinculados ao Contrato de Gestão: os recursos financeiros residuais e subordinados ao Contrato de Gestão estão depositados em conta bancária específica. Contabilmente, controla-se a movimentação em subcontas do ativo e do passivo, respectivamente. Tendo em vista a responsabilidade deste Centro na custódia dos valores, subsequentemente, será concedida a sua realização no instante em que as cláusulas contratuais pactuadas determinarem o cumprimento das metas fixadas pelo órgão supervisor.

2.7 Passivos circulantes e não circulantes: as obrigações vencíveis até o exercício social seguinte foram escrituradas no grupo do passivo circulante. Nesse grupo destaca-se, além dos compromissos com terceiros interessados, as provisões trabalhistas e os encargos sociais constituídos mensalmente, em atendimento ao princípio contábil da competência, para fixação dos gastos laborais com férias e décimo terceiro salário incorridos.

Assim também, as obrigações vencíveis após o exercício social seguinte, pertencentes ao grupo do passivo não circulante caracterizaram-se de valores conhecidos ou calculáveis.

2.8 Provisões: diz respeito aos passivos com prazos e valores incertos. O Cebraspe possui exigibilidades correntes, em consequência de eventos passados, sendo aconselhável o reconhecimento da estimativa a fim de evidenciar no patrimônio as hipóteses e as perspectivas dos fatos litigados em juízo, caso se materializarem futuramente.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

O Cebraspe é parte demandada em processos cíveis e trabalhistas. Em vista disso, as provisões são constituídas, contabilmente, para dar conhecimento à Administração, das obrigações contingenciadas cuja probabilidade de ocorrência é possível, ora em curto prazo, ora em longo prazo, reduzindo economicamente o seu patrimônio por intermédio do valor da causa pleiteada pela parte autora.

Diante disso, é de se dizer que as ações cíveis são objetivadas pelo reclamante a respeito da garantia dos serviços prestados a este Centro notadamente em eventos, no qual questiona-se a integridade e a validade dos atos, tanto os vinculantes aos editais de eventos - os quais são prévia e expressamente aprovados pelos nossos contratantes - quanto à execução física dos certames, seja em sua parte teórica, de aptidões físicas e consequentemente de resultados.

Os riscos trabalhistas demandados advêm de indagações concernentes a parcialidade dos proventos não realizados naquele período laborado ou outras questões vinculadas às atividades exercidas e executadas durante o período de vinculação a este Centro.

2.9 Apuração do Superávit ou Déficit: é o resultado apurado no confronto das receitas, dos custos e das despesas, no período em análise, segundo o princípio contábil da competência, ocasionando-se superávit ou déficit econômico. Segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis n.º 00 (CPC n.º 00), a receita evoca benefícios econômicos, sob a forma de entrada de recursos ou do aumento de ativos ou diminuição de passivos, que impactam em acréscimos no patrimônio social e que não estejam relacionados com a contribuição dos associados dos instrumentos patrimoniais. Por outro lado, os custos e as despesas, são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da saída de recursos financeiros, da redução de valor de ativos ou assunção de passivos, que resultem em diminuição do patrimônio social.

2.10 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes: em referência aos demais ativos integrantes do balanço patrimonial, é provável que o benefício econômico futuro seja alcançado com segurança.

A medida que um passivo inserido no balanço possua uma obrigação legal ou constitua-se como resultado de um evento passado, é provável que o recurso econômico esteja disponível para liquidação. As provisões são escrituradas pelas estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulante quando a sua realização ou liquidação efetivar-se nos próximos doze meses, caso contrário, serão alocados no não circulante.

2.11 Tributação: em se tratando de uma associação civil, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social, nos termos da Lei n.º 9.637/1998, voltadas para o desenvolvimento educacional e de pesquisa, é plenamente motivada a imunidade tributária.

Caso o enquadramento fiscal não seja alcançado, as receitas oriundas da prestação de serviços estarão sujeitas à tributação sobre o faturamento, com as seguintes alíquotas:

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	2,00%
Programa de Integração Social (PIS)	1,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	7,60%

A alíquota incidente do ISS encontra-se expressa em legislações específicas de competência municipal, isto é, no local da prestação do serviço. Quanto ao PIS e à COFINS, as alíquotas citadas associam-se ao regime tributário da não-cumulatividade. Nesse contexto, a base de cálculo é caracterizada em função do faturamento emitido e de outros ganhos que estejam vinculados aos respectivos fatos geradores das obrigações.

A tributação do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) incidem sobre o lucro líquido, uma vez que o montante da receita bruta anual auferida subordinaria ao regime de tributação do lucro real. Para isso, registra-se no livro de apuração do lucro real (LALUR) as receitas e as despesas (isentas, dedutíveis e indedutíveis), necessárias à apuração das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL. No IRPJ, aplica-se na sua base de cálculo a alíquota de 15% e, excepcionalmente, o adicional de 10% caso os lucros líquidos anuais excedam em R\$ 240 mil anual ou R\$ 20 mil mensal. Na CSLL adota-se a alíquota de 9%.

2.12 Demonstração dos fluxos de caixa (DFC): expressa no art. 176, IV, da Lei n.º 6.404/76 e regulamentada no CPC n.º 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa permite avaliar a capacidade de geração de caixa ou equivalentes de caixa, tanto quanto as necessidades de utilização desses recursos financeiros, em um determinado período.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Depósitos bancários a vista - sem restrição	12	5.182
Aplicações financeiras - sem restrições	125.438	116.761
Aplicações financeiras - com restrições	<u>1.659</u>	<u>1.523</u>
	<u>127.109</u>	<u>123.466</u>

Os recursos financeiros disponíveis em curto prazo são constituídos por fundos fixos, bancos conta movimento e aplicações financeiras. As aplicações financeiras com restrições emanam de valores firmados com o Ministério da Educação - MEC, mediante Contrato de Gestão n.º 01/2014, demonstrados segregadamente, em atenção aos preceitos contábeis vigentes. De outro modo, ressalta-se que os valores faturados a receber, porém recebidos neste período resultaram da prestação contratual de serviços provenientes da realização de eventos de avaliação, certificação e de seleção pública.

4 CLIENTES

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Duplicatas a receber bruto	74.287	167.945
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	<u>(40.911)</u>	<u>(16.992)</u>
	<u>33.376</u>	<u>150.953</u>

Compreendem os direitos creditícios consignados no balanço patrimonial pelo valor líquido de realização, isto é, a garantia de recebimento do serviço prestado.

Observada a legislação e regramento contábil vigente, valores a receber decorrentes de serviços prestados a clientes vinculados a administração pública federal foram considerados como de difícil recebimento e assim submetidos aos critérios de constituição da PECLD.

Por outro lado, este Centro em função de contrato vinculado a cessão temporária de bens intangíveis, transferência de know-how e licença de uso de marca patenteadas possui obrigações com o mesmo cliente. Entende-se assim, que estes valores podem ser futuramente revertidos e utilizadas para o abatimento nas obrigações constituídas, caso as ações propostas para "encontro de contas" surtam os efeitos pretendidos, os quais estão sendo analisados sob a ótica administrativa, jurídico-legal e financeira, por ambas as partes.



Consoante a isto, prudentemente, este Centro registrou PECLD no valor de R\$ 40.911 mil em função da impossibilidade de recebimento de valores considerados incobráveis de entes públicos. A composição de contas a receber por ciclos de vencimentos conforme quadro a seguir, atesta que:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
A vencer	26.586	117.345
Vencidos	47.701	50.600
Até 30 dias	5.798	9.935
31 a 60 dias	69	220
61 a 90 dias	655	627
91 a 120 dias	-	78
121 a 150 dias	231	6.004
151 a 180 dias	-	1.100
Acima de 180 dias	40.948	32.636
Contas a Receber - Bruto	<u>74.287</u>	<u>167.945</u>
PECLD	<u>(40.911)</u>	<u>(16.992)</u>
Contas a Receber - Líquido	<u>33.376</u>	<u>150.953</u>

Com relação a movimentação de PECLD em 31 de dezembro de 2017 demonstra-se, sinteticamente, que:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	(16.992)
Adições	(40.503)
Reversões	16.584
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(40.911)</u>

5 ESTOQUES

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Almoxarifado	2.097	2.139
	<u>2.097</u>	<u>2.139</u>

Os materiais estocados no almoxarifado central são compostos por itens de expediente e de limpeza para uso interno e externo, sendo aplicado na organização e na realização dos eventos promovidos pelo Cebraspe.

6 ADIANTAMENTO A TERCEIROS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Adiantamento a fornecedores	645	875
	<u>645</u>	<u>875</u>

O aporte de valores disponibilizados na aquisição de bens e serviços, cuja comprovação documental determina posteriormente, a reclassificação contábil dos gastos incorridos em rubricas contábeis compatíveis com a natureza da finalidade proposta.

7 IMPOSTOS E TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
PIS a recuperar	4	4
COFINS a recuperar	18	18
IRRF a recuperar	14	14
CSLL a recuperar	7	7
ISS a recuperar	1	1
IRRF retido na fonte	64	46
ISS retido na fonte	8.230	4.320
IRRF s/ Aplicação Financeira	859	859
PCC Retido na Fonte	<u>63</u>	<u>45</u>
	<u>9.260</u>	<u>5.314</u>

Referem-se aos tributos retidos pelos tomadores de serviços (partes contratantes) sobre os ganhos auferidos (faturamento e rendimento de aplicação financeira). Embora este Centro possua a imunidade tributária, a não ser pelo ISS, descontou-se sobre os proventos, neste período, a importância de R\$ 3.910 mil.

Portanto, são descritas nessas rubricas contábeis os seguintes saldos: IRRF sobre o rendimento de aplicação financeira (R\$ 859 mil), ISS (R\$ 8.231 mil), PIS/COFINS/CSLL (R\$ 92 mil) e demais tributos (R\$ 78 mil). Com efeito, esses valores serão passíveis de compensação ou restituição tributária, desde que requeira administrativamente perante as repartições tributárias competentes ou demande ação judicial a fim de que o crédito tributário esteja disponível.

8 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Depósito Judicial	16	18
Depósito Judicial - Tributário	15.396	522

Depósito Recursal	297	76
Garantia Contratual	-	4
Bloqueio Judicial	4	8
	15.713	628

O Cebraspe entende, consoante seus atos constitutivos, o reconhecimento da Presidência da República e atos do Ministério da Educação - MEC, ser cabível a imunidade tributária em relação aos seguintes impostos: Imposto Sobre Serviços (ISS), Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto predial territorial urbano (IPTU) e o Imposto sobre veículo automotor (IPVA).

Considerando a importância da matéria, bem como as consequências que um eventual entendimento equivocado sobre o tema pode gerar, buscou-se respaldo na opinião de renomados juristas na seara tributária sobre o tema. A ação promovida por este Centro, visando nos estabelecer como Instituição de Educação, apoiada na Constituição Federal, em seu art. 150, VI, "c", já alcança a fase de discussão do mérito, porém há que ser ressaltado que somos denominados perante à Secretaria de Estado e de Fazenda do Distrito Federal, contribuinte do ISS.

Por consequência, na atualidade, sem que este Centro desconsidere a exigibilidade no cumprimento de suas obrigações tributárias acessórias e principal, realizou, periodicamente, o recolhimento do imposto sobre o faturamento auferido, por intermédio de depósito judicial em atendimento aos meandros processuais, bem como valendo-se das disposições contidas no fato gerador cabível ao tributo.

Logo, nesse sentido, a prevenção surge em razão de inibir o Fisco local de qualquer procedimento voltado a punir este contribuinte, mediante à instituição do crédito tributário associado com o lançamento tributário, visto que o art. 151, IV, do Código Tributário Nacional (CTN), estabelece entre as condições para suspensão do crédito tributário, o depósito do seu montante legal, caracterizado assim como depósito judicial.

9 IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado é demonstrado em função do valor contábil dos bens, ou seja, o custo de aquisição subtraído da depreciação acumulada.

	Taxa - %	2016	Aquisições	Transferências	Baixas	Depreciação	2017
Ativo Imobilizado - próprio							
Móveis e utensílios	10%	356	33	-	-	(45)	344
Máquinas e equipamentos	10%	1.631	931	320	-	(227)	2.655
Equipamentos de informática	20%	10.907	39	-	-	(2.615)	8.331
Edificações e Instalações	4%	91	-	-	-	(4)	87
Imobilizações em Andamento		-	940	(320)	-	-	620
		12.985	1.943	-	-	(2.891)	12.037
Ativo Imobilizado - cedido							
Móveis e utensílios	10%	907	-	-	(31)	(178)	698
Máquinas e equipamentos	10%	2.958	-	-	(477)	(503)	1.978
Equipamentos de informática	20%	1.810	369	-	(296)	(1.014)	869
Veículos	20%	186	-	-	(12)	(85)	89
		5.861	369	-	(816)	(1.780)	3.634
		18.846	2.312	-	(816)	(4.671)	15.671

O subgrupo contábil "Ativo imobilizado - próprio" são bens tangíveis e intangíveis utilizado nas atividades de expediente, visando expandir os seus benefícios econômicos. Periodicamente, as despesas de depreciação e amortização desses bens são reconhecidas, em virtude do uso funcional, segundo os coeficientes percentuais previstos na legislação tributária.

De maneira idêntica, o "Ativo imobilizado - cedido" compõem-se dos bens tangíveis e intangíveis de propriedade da Fundação Universidade de Brasília (FUB), mas sob a posse deste Centro para uso nas atividades operacionais. O aumento dos benefícios econômicos envolve o uso concomitante desses bens para atendimento das demandas setoriais. Além do que, os seus saldos são reduzidos economicamente na medida em que foram depreciados ou amortizados funcionalmente.

10 FORNECEDORES

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores circulante	46.708	76.398
Fornecedores não circulante	3.235	2.673
	49.943	79.071

Os Fornecedores circulante abrangem os compromissos, de curto prazo, relacionados ao consumo de bens e serviços relativos à organização dos concursos e eventos, como também para manutenção das áreas gestoras acerca dos dispêndios laborais e outros custos e despesas previstos orçamentariamente.

Os Fornecedores não circulante mantidos nessa rubrica contábil, caracteriza-se pelo controle da devolução pecuniária dos pagamentos realizados por este Centro aos terceiros contratados por intermédio dos Correios (ECT), mediante convênio firmado, cujo resgate não ocorreu no prazo de 120 dias contados do acordo previsto. À vista disso, esta Entidade manterá os recursos disponíveis nessa rubrica até que o prestador de serviço solicite o direito de saque, observados as resoluções prescritivas da obrigação de fazer contidas no Código Civil vigente.

11 SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	31/12/2017	31/12/2016
Provisões trabalhistas	4.043	4.504
Outros	-	115
	4.043	4.619

São os benefícios laborais concedidos aos trabalhadores celetistas e requisitados da Administração Pública Federal. Os valores desembolsados abrangem os proventos e encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento. As remunerações concedidas aos colaboradores estão em consonância com as atividades desenvolvidas segundo os acordos individuais estabelecidos e harmônicos orçamentariamente. Vale ratificar que, mensalmente, são reconhecidas as estimativas de férias, de 13.º salário e seus encargos na proporção de 1/12 avos.

12 OBRIGAÇÕES FISCAIS

	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações fiscais	523	529
	523	529



Diz respeito a responsabilidade deste Centro, no tocante a retenção de tributos e encargos sociais incidentes sobre a prestação de serviços contratados, bem como o pagamento dessas importâncias em favor dos Órgãos de Administração Pública Tributária competente.

13 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisões cíveis	632	1.584
Provisões trabalhistas	<u>3.335</u>	<u>4.039</u>
	3.967	5.623
Circulante	357	77
Não circulante	<u>3.610</u>	<u>5.546</u>
	3.967	5.623

A constituição de demandas cíveis e trabalhistas, agrupadas, periodicamente, em curto e longo prazos, decorrem de peticionamentos jurídicos interpostos pelas partes reclamantes opostas a este Centro. Com efeito, as estimativas de gastos são registradas contabilmente na medida em que as possibilidades de risco são incontestáveis, porém, remotamente reversíveis a depender do objeto tutelado.

14 CONTRATO DE GESTÃO

É o acordo pelo qual o Ministério da Educação (MEC), órgão supervisor do contrato, realiza os repasses financeiros em conformidade com o plano de trabalho pautado por esta Organização.

Os aportes de recursos contidos nesse Contrato de Gestão são controlados em conta corrente distinta no ativo deste Centro, tendo contrapartida contábil outra rubrica específica no passivo circulante. Ao passo que os projetos são concretizados, as obrigações vinculantes são realizadas e a respectiva receita é apropriada ao resultado do exercício.

15 ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Adiantamento de Clientes - circulante	1.425	-
Adiantamento de Clientes - não circulante	<u>-</u>	<u>9.984</u>
	1.425	9.984

São os valores arrecadados pelo Cebraspe, oriundo das taxas de inscrições contidas nos editais dos concursos públicos e noutros eventos em andamento, dos quais serão demonstradas aos contratantes por meio de prestação de contas e da emissão do documento fiscal.

16 PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social foi integralizado, no início, por bens tangíveis cedidos pela FUB, para o desenvolvimento das atividades inerentes ao Estatuto Social, em harmonia com o Decreto Presidencial n.º 8.078/2013.

Contudo, em virtude da ausência de subscrição contratual acordado entre as partes, tornou-se resolúvel a reversão do saldo contábil anteriormente integralizado para rubrica "Obrigações com entidades governamentais", a fim de que as tratativas dispostas sejam alinhadas tempestivamente.

17 RECEITAS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita	208.820	465.493
Vendas Canceladas	<u>(31.884)</u>	<u>-</u>
	176.936	465.493

São os ingressos de recursos obtidos na contratação com terceiros, consonante à prestação de serviços na organização dos concursos e eventos, segundo os objetivos abrangidos no Estatuto Social.

18 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Serviços de autônomos	(85.532)	(225.066)
Demais custos	(22.339)	(55.798)
Pessoal	(52.263)	(52.530)
Utilidades e serviços	(22.823)	(25.911)
Despesas gerais	<u>(61.572)</u>	<u>(95.488)</u>
	(244.529)	(454.793)
Custos	(107.871)	(280.864)
Despesas Operacionais	<u>(136.658)</u>	<u>(173.929)</u>
	(244.529)	(454.793)

O gasto dispendido, nas rubricas contábeis de custos e despesas, comparativamente, apresentou redução econômica ponderada. Salienta-se nessa análise, dispêndios com a organização de concursos e eventos e suporte as atividades "meio" deste Centro, atendidos os preceitos orçamentários anteriormente aprovados.

19 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

Segundo o CPC n.º 26, a "Demonstração de Resultados Abrangentes" (DRA) exprime as receitas, os custos, as despesas e outras mutações que afetam o patrimônio, porém não contidas na "Demonstração do Superávit".

Paulo Henrique Portela de Carvalho

Diretor-Geral

Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - Cebraspe

Fabiana de Moura Machado Oliveira

Contadora CRC/DF n.º 021.550/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE Brasília-DF

Conclusão com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE ("Centro"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas

explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto quanto aos assuntos mencionados nos parágrafos "Base para conclusão com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE ("Centro") em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, que descreve sobre os recursos do Contrato de Gestão formalizado entre o Centro e o Ministério da Educação (MEC), órgão supervisor do contrato. O Centro não recebeu os recursos em conformidade com o cronograma estabelecido no Contrato de Gestão. O superávit econômico apresentado no exercício foi obtido exclusivamente dos contratos firmados com terceiros interessados para realização e organização de eventos e concursos próprios do objeto estatutário do Centro.

Base para opinião com ressalvas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Centro, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Conforme descrito na nota explicativa 9, a Fundação Universidade de Brasília - FUB cedeu de forma onerosa diversos bens para o Centro. Ocorre que até a presente data, o contrato de cessão onerosa do ativo imobilizado não foi formalizado entre as partes. Não foi possível formar uma opinião quanto à adequação dos valores registrados no ativo imobilizado, nas obrigações com entidades governamentais no passivo não circulante e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017. O Centro não efetuou o levantamento da vida útil-econômica remanescente desses bens registrados no seu ativo imobilizado, bem como não realizou os testes de recuperabilidade daqueles ativos registrados em 31 de dezembro de 2017.

Conforme apresentado na nota 7, em 31 de dezembro de 2017 o Centro possui tributos a serem recuperados no montante de R\$ 9.260 mil. O Centro não nos apresentou um estudo demonstrando a possibilidade de recuperabilidade desses tributos. Como consequência, não foi possível aplicarmos procedimentos adicionais de auditoria que nos permitissem concluir sobre a adequação daqueles valores naquela data. As demonstrações financeiras apresentadas não contemplam quaisquer ajustes referentes a este tema. Adicionalmente, o Centro efetua a retenção e o recolhimento do ISS dos prestadores de serviços somente no Distrito Federal, independentemente do local onde são prestados os serviços.

Realizamos o procedimento de confirmação dos saldos junto aos assessores jurídicos do Centro em 31 de dezembro de 2017 e não recebemos todas as respostas solicitadas nas nossas cartas de confirmação (circularização). Não nos foi possível, nas circunstâncias, efetuarmos procedimentos alternativos de auditoria que nos possibilitassem concluir quanto à adequação da provisão para contingências registrados em 31 de dezembro de 2017.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes e emitiram o relatório datado em 08 de fevereiro de 2017, contendo as mesmas qualificações técnicas que estamos apresentando no presente relatório, bem como que os auditores anteriores indicaram que realizaram o procedimento de confirmação dos saldos junto aos clientes do Centro em 31 de dezembro de 2016 e não receberam todas as respostas solicitadas nas nossas cartas de confirmação (circularização) e que encontraram divergências nos saldos respondidos quando comparados com os saldos registrados na contabilidade naquela data, e que por isso não foi possível, nas

circunstâncias, efetuaram procedimentos alternativos de auditoria que os possibilitassem concluir quanto à adequação dos valores de clientes, bem como das receitas relacionadas, registrados em 31 de dezembro de 2016.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Centro é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Centro continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Centro ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Centro são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

● O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

● Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Centro.

● Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

● Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida

significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Centro. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Centro a não mais se manter em continuidade operacional.

● Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo (SP), 26 de janeiro de 2018.

TATICCA Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP-03.22.67/O-1

Aderbal Alfonso Hoppe

Sócio

Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

O Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe) é uma associação civil sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto n.º 8.078, de 19 de agosto de 2013, nos termos da Lei n.º 9.637, de 15 de maio de 1998, com o objetivo de realizar atividades de gestão de programas, projetos e apoio técnico e logístico para subsidiar sistemas de avaliação educacional. Em 2014, foi firmado Contrato de Gestão com o Ministério da Educação (MEC), com a intervenção do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e da Fundação Universidade de Brasília (FUB). Em 2017, foram realizadas diversas ações entre as equipes técnicas do Cebbraspe, do Inep e da Fundação Universidade de Brasília para definição do conjunto de ações a serem desenvolvidas no âmbito do Contrato de Gestão. O trabalho resultou na elaboração do Plano de Ação do Contrato de Gestão, o qual contemplou o conjunto de ações e os recursos financeiros necessários ao fomento das ações para cada um dos órgãos intervenientes. Todas as atividades mencionadas resultaram na proposta do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão n.º 001/2014, a qual foi encaminhada ao Ministro de Estado da Educação, conforme Ofício Cebbraspe n.º 314/2018. Em relação aos recursos oriundos do Contrato de Gestão no ano de 2017, não houve repasse nem utilização de recursos. O saldo em 31 de dezembro de 2017 é resultado do somatório do valor remanescente de 2016 à receita oriunda da aplicação financeira ao longo de 2017. Histórico dos valores do Contrato de Gestão: 1) Saldo do exercício anterior = 1.522.658,62; 2) Receita financeira líquida = 135.889,53; 3) Saldo em 31 de dezembro de 2017 = 1.658.548,15.

PAULO HENRIQUE PORTELA DE CARVALHO

Diretor-Geral

Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e

Seleção e de Promoção de Eventos - Cebbraspe

Fabiana de Moura Machado Oliveira

Contadora CRC/DF n.º 021.550/O-0

CENTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ENERGIA E MATERIAIS

CNPJ Nº 01.576.817/0001-75

BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa - sem restrição	4	21.477	67.796
Caixa e equivalentes de caixa - com restrição	4	480	3
Aplicações financeiras - sem restrição	4	57.263	27.074
Aplicações financeiras - com restrição	4	279.384	328.216
Contas a receber		289	155
Estoques		468	424
Adiantamento a fornecedores		70	54
Outros ativos		1.021	1.438
		360.452	425.160



BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em Milhares de Reais)

	Nota	2017	2016		Nota	2017	2016
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	127.109	123.466	Fornecedores	10	46.708	76.398
Clientes	4	33.376	150.983	Salários e encargos sociais	12	4.523	5.529
Estoque	5	2.097	2.139	Obrigações fiscais	13	1.421	1.285
Adiantamento a terceiros	6	646	875	Provisão para contingências	14	1.221	1.265
Impostos e tributos a recuperar	7	8.401	5.314	Adiantamento a Clientes	15	54.277	82.508
Outros créditos		923	979				
		171.514	283.026	Não circulante			
Não circulante				Fornecedores de Clientes	10	3.235	6.973
Depósitos judiciais	8	15.713	628	Provisão para contingências	13	3.610	8.546
Impostos e tributos a recuperar	9	12.037	12.988	Obrigações com Entidades Governamentais	16	8.245	8.245
Imobilizado próprio		2.524	2.561	Patrimônio Social		15.890	17.281
Imobilizado cedido		32.825	19.474	Superávit acumulado	16	192.198	173.548
		204.157	302.500	Superávit/Deficit do exercício	16	13.029	19.198
						205.197	309.092

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em Milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Receita líquida	17	176.936	465.433
Custos	18	(107.871)	(280.864)
Superávit bruto		69.065	184.569
Despesas operacionais			
Pessoal e encargos sociais e assistenciais	18	(22.263)	(32.530)
Utilidades e serviços	18	(22.823)	(26.911)
Despesas gerais	18	(61.872)	(89.488)
		(106.958)	(148.929)
Resultado antes de receitas e despesas financeiras		(37.893)	(64.360)
Despesas e receitas financeiras, líquido		2.353	7.550
Superávit / Deficit líquido do exercício		(35.540)	(56.810)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em Milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Superávit/Deficit do exercício	2.12	(58.108)	18.650
Ajustes para conciliar o resultado as disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Despesas de Depreciações e Amortizações	4.671	5.431	
Ajuste de exercícios anteriores		-	2.540
Variáveis nos ativos			
Aumento/redução de clientes	117.577	(2.500)	
Aumento/redução de estoques	42	(460)	
Aumento/redução de adiantamento a terceiros	230	(735)	
Aumento/redução de outros créditos	(3.346)	(4.332)	
Aumento/redução de outros créditos	(7)	777	
Aumento/redução Depósitos Judiciais	(15.085)	(162)	
Variáveis nos passivos			
Aumento/redução de fornecedores	(31.094)	77.112	
Aumento/redução de salários e encargos sociais	(876)	(12.027)	
Aumento/redução de obrigações fiscais	(6)	32	
Aumento/Redução de adiantamento de clientes	(8.559)	-	
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais		5.139	84.246
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições de imobilizado e intangível, líquidas		(1.496)	(4.829)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos		(1.496)	(4.829)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Fornecedores		-	2.673
Adiantamento de Clientes		-	9.984
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos		-	12.657
Aumento/Diminuição nas disponibilidades			
Saldo Final de Disponibilidades	3	127.109	123.466
Saldo Inicial de Disponibilidades		123.466	31.302
Aumento/Diminuição nas disponibilidades		3.643	92.074

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em Milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Superávit / Deficit Líquido do exercício		(35.540)	(56.810)
Outros resultados abrangentes		2.540	2.540
Total dos resultados abrangentes do exercício	19	(33.000)	(54.270)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em Milhares de Reais)

	Nota	Patrimônio social	Superávit acumulado	Déficit acumulado	Total do patrimônio social
Saldos em 31 de dezembro de 2013					
Integração do Patrimônio Social	16.398	-	-	-	16.398
Superávit do exercício	-	86.635	-	-	86.635
Saldos em 31 de dezembro de 2014		16.398	86.635	-	103.033
Ajustes de integração do patrimônio social	(9.539)	-	-	-	(9.539)
Ajustes de exercícios anteriores	-	67.828	-	67.828	135.656
Superávit do exercício	-	16.545	-	-	16.545
Saldos em 31 de dezembro de 2015		10.759	171.008	-	181.767
Ajustes de integração do patrimônio social	(10.759)	-	-	-	(10.759)
Ajustes de exercícios anteriores	-	2.540	-	2.540	5.219
Superávit do exercício	-	18.650	-	-	18.650
Saldos em 31 de dezembro de 2016		-	192.198	-	192.198
Deficit do exercício	-	-	(58.108)	-	(58.108)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	16	-	192.198	(58.108)	134.090

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FUNDAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em Milhares de Reais)

1 Contexto operacional
O Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – Cebraspe, é uma associação civil sem fins lucrativos, com sede em Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.294.407/0001-53 e reconhecida estatutariamente pelo Conselho de Administração, com registro cartório no 2.º Ofício de Registros de Pessoas Jurídicas, desde a data de sua constituição, mediante as inscrições n.º 000092416, 000092415 e 000097661, respectivamente, fazendo constar a finalidade e os objetivos sociais deste Centro, pertencentes ao fomento, a promoção do ensino e da pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico e institucional.
O Cebraspe qualifica-se como Organização Social – OS pela Presidência da República, por meio do Decreto nº 6.079 de 19 de agosto de 2013, sendo posteriormente firmado Contrato de Gestão de nº 01, datado de 18 de fevereiro de 2014 com o MEC (Orgão Superior), com a intervenção da Fundação Universidade de Brasília (FUB/UnB) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, observando o disposto no artigo 5º da Lei 9.637/98.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e sumário dos principais fatos contábeis
2.1 Base de preparação
As demonstrações financeiras em consonância com as práticas contábeis desenvolvidas no Brasil, alinha a Resolução CFC n.º 1.409/12 (TC n.º 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros), são de responsabilidade desta administração.
Essas demonstrações foram elaboradas em função das inúmeras formas de avaliações empregadas sobre as estimativas contábeis. Essas estimativas são discriminadas por fatores objetivos e subjetivos, como base de contencioso para definição do valor oportuno a ser registrado. Diante dos itens suscetíveis aos registros contábeis destacam-se a aplicação do prazo de vida útil dos bens do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, bem como a probabilidade dos demais riscos contingenciais na determinação das despesas, quando aplicável.
A adoção das práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras está delimitada a seguir. As definições são adotadas de modo sistêmico no período indicado, salvo disposição em contrário.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa
São recursos financeiros de liquidez moderada, isto é, enumeram-se os dispêndios com dívidas de curto e longo prazo, a obtenção de ganhos financeiros sobre os valores mobiliários investidos e a emissão do faturamento auferido, além de outros compromissos administrativos previstos estatutariamente. Para isso, é necessário atender três requisitos: ser financeiramente disponível em curto prazo, ter liquidez imediata e suprir significativo risco de mudança de valor.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
A preparação das demonstrações financeiras segundo as convenções contábeis brasileiras, recomenda que esta administração utilize de entendimentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As classes contábeis do ativo e do passivo admitem valores resultantes em: ativo imobilizado, perda para redução de valor recuperável de ativos, perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa (PECLD), perdas de contingencioso operacional, mensuração de instrumentos financeiros básicos e outros direitos e obrigações relacionados aos benefícios laborais. Relevante notar que este Centro reavalia anualmente as estimativas apontadas.
O procedimento de elaboração das demonstrações financeiras alinhado às entidades sem fins lucrativos exige que este Centro faça uso de instrumentos formais técnico-científicos concernentes aos valores apurados no ativo, passivo, despesa e receita mencionados em demonstrações e notas explicativas.

2.4 Instrumentos financeiros básicos
Ativos financeiros são reconhecidos pelo valor justo decorrente do resultado de investimentos em valores mobiliários mantidos até o vencimento, empréstimos bancários, contas a receber e de ativos disponíveis para venda. Entre os tipos de ativos financeiros presentes neste Centro incluem-se o caixa e os equivalentes de caixa, as aplicações financeiras em renda fixa e os direitos creditórios contratuais a receber.
Redução do valor recuperável de ativos financeiros
O Cebraspe avalia durante o encerramento das demonstrações financeiras se transcorreu, em determinado intervalo, a desvalorização econômica (recuperação) do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros. Terminantemente, considera-se não recuperável quando houver indicação de ausência de retomada do resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido desde o reconhecimento inicial do ativo (um evento de perda incorrida) e essa perda tenha influência no fluxo de caixa estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente presumido.

Passivos financeiros
As obrigações financeiras são reconhecidas pelo valor justo, de maneira similar ao ativo financeiro. Por conseguinte, envolve as obrigações deste Centro com terceiros interessados, as quais destacam-se os fornecedores de mercadorias e serviços, as obrigações trabalhistas e tributárias perante outros.

Instrumentos derivativos
O Cebraspe não efetivou, neste exercício ou em períodos anteriores juntamente as Instituições Financeiras, transações especulativas no mercado financeiro que motivassem a aquisição de produtos bancários com vistas a almejar ganhos vinculados a esse tipo de instrumento.

2.5 Imobilizado
O valor contábil dos bens integrantes do ativo imobilizado escriturou-se pelo custo de aquisição do bem, deduzido das depreciações acumuladas durante o seu uso. O encargo de depreciação, opcionalmente, é calculado pelo método linear, sendo que as taxas anuais são resultantes da vida útil econômica desses bens. Este Centro não constatou hipóteses de desvalorização no valor recuperável de seu ativo imobilizado.
Um item do imobilizado é baseado de seu controle patrimonial pela alienação ou quando não satisfizer os requisitos econômicos futuros resultantes da sua utilização. O ganho ou a perda resultante decorrente do bem tangível (calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do bem) são registrados na demonstração do resultado do período em que ele for desativado.

Tanto o valor residual quanto a vida útil remanescente do bem, assim como, os métodos de depreciação aplicados são revisados durante o encerramento do exercício social, e ajustados de forma contábil, quando a situação permitir ou requerer.

2.6 Recursos vinculados ao Contrato de Gestão
Os recursos financeiros recebidos e subordinados ao Contrato de Gestão estão depositados em conta bancária específica. Contabilmente, controla-se o movimentação em subcontas do ativo e do passivo, respectivamente. Tendo em vista a responsabilidade deste Centro na custódia dos valores, subsequentemente, será concedida a sua realização no instante em que as cláusulas contratuais pactuadas determinarem o cumprimento das metas fixadas pelo órgão superior.

2.7 Passivos circulantes e não circulantes
As obrigações vinculadas até o exercício social seguem forma escrituradas no grupo do passivo circulante. Nesse grupo destacam-se, além dos compromissos com terceiros interessados, as provisões trabalhistas e os encargos sociais constituídos mensalmente, em atendimento ao princípio contábil de competência, para fração dos gastos laborais com férias e décimo terceiro salário incorridos. Assim também, as obrigações vencíveis após o exercício social seguinte, pertencentes ao grupo do passivo não circulante caracterizam-se de valores conhecidos ou calculáveis.

2.8 Provisões
Diz respeito aos passivos com prazos e valores incertos. O Cebraspe possui exigibilidades correntes, em consequência de eventos passados, sendo aconselhável o reconhecimento da estimativa a fim de evidenciar no patrimônio as hipóteses e possíveis, ora em curto prazo, ora em longo prazo, reduzindo economicamente o seu patrimônio por intermédio do valor da causa pleiteado pela parte autora.
Diante disso, e de se dizer que as ações civis são objetivadas pelo reclamante a respeito da garantia dos serviços prestados a este Centro notadamente em eventos, no qual questiona-se a integridade e a validade dos atos, tanto os vinculantes aos atos de eventos – os quais são prévios e expressamente aprovados pelos nossos contratantes – quanto a execução física dos certames, seja em sua parte teórica, de aptidões físicas e consequentemente de resultados.
Os riscos trabalhistas demandados advêm de indagações concernentes a parcialidade dos proventos não realizados naquele período laborado ou outras questões vinculadas às atividades exercidas e executadas durante o período de vinculação a este Centro.

2.9 Apuração do Superávit ou Déficit
É o resultado apurado no confronto das receitas, dos custos e das despesas, no período em análise, segundo o princípio contábil de competência, ocasionando-se superávit ou déficit econômico. Segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 00 (CPC nº 00), a receita advoca benefícios econômicos, sob a forma de entrada de recursos ou do aumento de ativos ou diminuição de passivos, que impactam em acréscimos no patrimônio social e que não estejam relacionados com a contribuição dos associados dos instrumentos patrimoniais. Por outro lado, os custos e as despesas, são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da saída de recursos financeiros, da redução de valor de ativos ou assunção de passivos, que resultem em diminuição do patrimônio social.

2.10 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes
Em referência aos demais ativos integrantes do balanço patrimonial, é provável que o benefício econômico futuro seja alcançado com segurança.
A medida que um passivo inserido no balanço possui uma obrigação legal ou contratual-se como resultado de um evento passado, é provável que o recurso econômico esteja disponível para liquidação. As provisões são escrituradas pelas estimativas dos próximos doze meses, caso contrário, serão alocados no não circulante.

2.11 Tributação
Em se tratando de uma associação civil, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social, nos termos da Lei nº 9.637/1998, voltadas para o desenvolvimento educacional e de pesquisa, é plenamente motivada a imunidade tributária. Caso o enquadramento fiscal não seja alcançado, as receitas oriundas da prestação de serviços estarão sujeitas à tributação sobre o faturamento, com as seguintes alíquotas:
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) 2,00%
Programa de Integração Social (PIS) 1,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60%
A alíquota incidente do ISS encontra-se expressa em legislações específicas de competência municipal, isto é, no local de prestação do serviço. Quanto ao PIS e à COFINS, as alíquotas citadas associam-se ao regime tributário de não-cumulatividade. Nesse contexto, a base de cálculo é caracterizada em função do faturamento emitido e de outros ganhos do IRPJ e da CSLL. No IRPJ, aplica-se na sua base de cálculo a alíquota de 15% e, excepcionalmente, o adicional de 10% caso os lucros anuais excedam em R\$ 240 mil anual ou R\$ 20 mil mensal. Na CSLL, adota-se a alíquota de 9%.

2.12 Demonstração do fluxo de caixa (DFC)
A DFC expressa no art. 176, IV, da Lei nº 6.404/76 e regulamentada no CPC nº 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa permite avaliar a capacidade de geração de caixa ou equivalentes de caixa, tanto quanto as necessidades de utilização desses recursos financeiros, em um determinado período.





3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos bancários a vista - sem restrição	4.162	4.162
Aplicações financeiras - sem restrições	125.433	116.761
Aplicações financeiras - com restrições	1.650	1.653
	127.245	122.576

Os recursos financeiros disponíveis em curto prazo são constituídos por fundos fixos, bancos conta movimento e aplicações financeiras. As aplicações financeiras com restrições enquadram-se no Ministério da Educação - MEC, mediante Contrato de Gestão nº 01/2014, demonstrados segregadamente, em alinhamento aos preceitos contábeis vigentes. De outro modo, ressalta-se que os valores futuros a receber, porém recebidos neste período resultaram da prestação contratual de serviços provenientes da realização de eventos de avaliação, certificação e de seleção pública.

4 Clientes

	31/12/2017	31/12/2016
Duplicatas a receber bruto	74.237	167.945
Parcela estimada com crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	(40.911)	(116.992)
	33.326	150.953

Compreendem os direitos creditórios consignados no balanço patrimonial pelo valor líquido de realização, isto é, a garantia de recebimento do serviço prestado.

Observa-se a legislação e pagamento contábil vigente, valores a receber decorrentes de serviços prestados a clientes vinculados à administração pública federal foram considerados como de difícil recebimento e assim submetidos aos critérios de constituição de PECLD.

Por outro lado, este Centro em função de contrato vinculado a cessação temporária de bens intangíveis, transferência de know-how e licença de uso de marca patenteadas possui obrigações com o mesmo cliente. Entende-se assim, que estes valores podem ser futuramente revertidos e utilizados para o abatimento nas obrigações constituídas, caso as ações propostas para "cancelamento de contas" surtam os efeitos pretendidos, os quais estão sendo analisados sob a ótica administrativa, jurídico-legal e financeira, por ambas as partes.

Consoante a isto, prudentemente, este Centro registrou PECLD no valor de R\$ 40.911 mil em função da impossibilidade de recebimento de valores considerados incobráveis em bens públicos.

A composição de contas a receber por ciclos de vencimentos conforme quadro a seguir, atesta que:

	31/12/2017	31/12/2016
Vencidos	47.701	50.600
Até 30 dias	5.798	9.535
31 a 60 dias	69	220
61 a 90 dias	655	627
91 a 120 dias	231	78
121 a 150 dias	-	6.004
151 a 180 dias	-	1.100
Acima de 180 dias	40.948	32.636
Contas a Receber - Bruto	74.237	167.945
PECLD	(40.911)	(116.992)
Contas a Receber - Líquido	33.326	150.953

Com relação a movimentação de PECLD em 31 de dezembro de 2017 demonstra-se, simetricamente, que:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	(16.992)
Adições	(40.503)
Reversões	16.894
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(40.911)

5 Estoques

	31/12/2017	31/12/2016
Almoxarifado	2.097	2.139
	2.097	2.139

Os materiais estocados no almoxarifado central são compostos por itens de expediente e de limpeza para uso interno e externo, sendo aplicado na organização e na realização dos eventos promovidos pelo Cebraspe.

6 Adiantamento a fornecedores

	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento a fornecedores	645	875
	645	875

Aporte de valores disponibilizados na aquisição de bens e serviços, cuja comprovação documental determina posteriormente, a reclassificação contábil dos gastos incorridos em rubricas contábeis compatíveis com a natureza da finalidade proposta.

7 Reconstituição e tributos a recuperar

	31/12/2017	31/12/2016
PIS a recuperar	4	4
COFINS a recuperar	18	18
IRRF a recuperar	4	14
CSLL a recuperar	7	7
ISS a recuperar	1	1
IRRF retido na fonte	54	46
ISS retido na fonte	8.230	4.320
IR e Aplicação Financeira	650	629
PCC Retido na Fonte	63	63
	9.260	5.314

Referem-se aos tributos retidos pelos tomadores de serviços (partes contratantes) sobre os ganhos auferidos (faturamento e rendimento de aplicação financeira). Embora este Centro possua a imunidade tributária, a não ser pelo ISS, desconta-se sobre os proventos, neste período, a importância de R\$ 3.010 mil.

Portanto, são descritas nessas rubricas contábeis os seguintes saldos: IRRF sobre o rendimento de aplicação financeira (R\$ 859 mil), ISS (R\$ 823 mil), PIS/COFINS-CSLL (R\$ 92 mil) e demais tributos (R\$ 78 mil). Com efeito, esses valores serão passíveis de compensação ou restituição tributária, desde que requeira administrativamente perante as repartições tributárias competentes ou demande ação judicial a fim de que o crédito tributário esteja disponível.

8 Depósitos Judiciais

	31/12/2017	31/12/2016
Depósito Judicial	16	19
Depósito Judicial - Tributário	15.396	522
Depósito Recursal	297	76
Garantia Contratual	-	4
Bloqueio Judicial	-	6
	15.713	628

O Cebraspe entende, consoante seus atos constitutivos, o reconhecimento da Presidência da República e atos do Ministério da Educação - MEC, ser cabível a imunidade tributária em relação aos seguintes impostos: Imposto Sobre Serviços (ISS), Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto predial territorial urbano (IPTU) e o imposto sobre veículo automotor (PIVA).

Considerando a importância da matéria, bem como as consequências que um eventual entendimento equivocados sobre o tema pode gerar, buscou-se respaldo no âmbito de renúncias jurídicas na esfera tributária sobre o tema. A ação promovida por este Centro, visando ao estabelecimento da imunidade tributária, apoiada na Constituição Federal, em seu art. 150, VI, "c", já alcança a fase de discussão do mérito, porém há que ser ressaltado que somos denominados perante a Secretaria de Estado e de Fazenda do Distrito Federal, contribuinte do ISS.

Por consequência, na atualidade, sem que este Centro desconsidere a exigibilidade no cumprimento de suas obrigações tributárias acessórias e principal, reafirma, periodicamente, o recolhimento do imposto sobre o faturamento auferido, por intermédio de depósito judicial em atendimento aos mandatos processuais, bem como valendo-se das disposições contidas no fato gerador cabível ao tributo.

Logo, nesse sentido, a prevenção surge em razão de inibir o Fisco local de qualquer procedimento voltado a punir este contribuinte, mediante a instituição do crédito tributário associado com o lançamento tributário, visto que o art. 151, IV, do Código Tributário Nacional (CTN), estabelece entre as condições para suspensão do crédito tributário, o depósito do seu montante legal, caracterizado assim como depósito judicial.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Conselheiros do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE Brasília-DF

Conclusão com ressalva
Examinamos as demonstrações contábeis do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE (Centro), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos assuntos mencionados nos parágrafos "Base para conclusão com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE (Centro) em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Então
Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, que descreve sobre os recursos do Contrato de Gestão formalizado entre o Centro e o Ministério da Educação (MEC), órgão supervisor do contrato. O Centro não recebeu os recursos em conformidade com o cronograma estabelecido no Contrato de Gestão. O superávit econômico apresentado no exercício foi obtido exclusivamente dos contratos firmados com terceiros interessados para realização e organização de eventos e concursos próprios do objeto estatutário do Centro.

Base para opinião com ressalvas
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Centro, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Conforme descrito na nota explicativa 9, a Fundação Universidade de Brasília - FUB cedeu de forma onerosa diversos bens para o Centro. Ocorre que até a presente data, o contrato de cessão onerosa do ativo imobilizado não foi formalizado entre as partes. Não foi possível formar uma opinião quanto à adequação dos valores registrados no ativo imobilizado, nas obrigações com entidades governamentais no passivo não circulante e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017. O Centro não

9 Imobilizado

O Ativo Imobilizado é demonstrado em função do valor contábil dos bens, ou seja, o custo de aquisição subtraído da depreciação acumulada.

Taxa - %	2016	Aquisições	Transferências	Baixas	Depreciação	2017
Ativo Imobilizado - próprio						
Móveis e utensílios	10%	356	33	-	(45)	344
Máquinas e equipamentos	10%	1.631	931	320	(227)	2.655
Equipamentos de informática	20%	10.907	39	-	(2.615)	8.331
Edificações e Instalações	4%	91	-	-	(4)	87
Imobilizações em Andamento	-	340	(320)	-	-	60
		12.985	1.943	-	(2.891)	12.037
Ativo Imobilizado - cedido						
Móveis e utensílios	10%	907	-	(31)	(178)	698
Máquinas e equipamentos	10%	2.958	-	(477)	(503)	1.978
Equipamentos de informática	20%	369	-	(295)	(114)	69
Veículos	20%	186	-	(12)	(65)	89
		3.860	369	(815)	(1.760)	3.654
		16.845	2.312	-	(4,651)	15,017

O subgrupo contábil "Ativo Imobilizado - próprio" são bens tangíveis e intangíveis utilizados nas atividades de expediente, visando expandir os seus benefícios econômicos. Periodicamente, as despesas de depreciação e amortização desses bens são reconhecidas, em virtude do uso funcional, segundo os coeficientes percentuais previstos na legislação tributária.

De maneira idêntica, o "Ativo Imobilizado - cedido" compõem-se dos bens tangíveis e intangíveis de propriedade da Fundação Universidade de Brasília (FUB), mas são a posse deste Centro para uso nas atividades operacionais. O aumento dos benefícios econômicos envolve o uso concomitante desses bens para atendimento das demandas laborais. Além do que, os seus saldos são reduzidos economicamente na medida em que foram depreciados ou amortizados funcionalmente.

10 Fornecedores

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores circulante	46.708	76.388
Fornecedores não circulante	3.235	2.173
	49.943	78.561

Os Fornecedores circulante abrangem os compromissos, de curto prazo, relacionados ao consumo de bens e serviços relativos à organização dos concursos e eventos, como também para manutenção das áreas gestoras acerca dos dispêndios laborais e outros custos e despesas previstos orçamentariamente.

Os Fornecedores não circulante mantidos nessa rubrica contábil, caracteriza-se pelo controle da devolução pecuniária dos pagamentos realizados por este Centro aos terceiros contratados por intermédio dos Correios (ECT), mediante convênio firmado, cujo regime não ocorreu no prazo de 120 dias contados do acordo previsto. A vista disso, esta Entidade mantém os recursos disponíveis nessa rubrica até que o prestador de serviço solicite o direito de saque, observados as resoluções previstas de obrigação de fazer contidas no Código Civil vigente.

11 Salários e encargos sociais

	31/12/2017	31/12/2016
Provisões trabalhistas	4.043	4.504
Outros	4.643	4.619

São os benefícios laborais concedidos aos trabalhadores celetistas e requisitados da Administração Pública Federal. Os valores desembolsados abrangem os proventos e encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento. As remunerações concedidas aos colaboradores estão em consonância com as atividades desenvolvidas segundo os acordos individuais, coletivos e harmônicos organizacionais, sob o qual, mensalmente, são reconhecidas as estimativas de férias, de 1/3 salário e seus encargos na proporção de 1/12 avos.

12 Obrigações fiscais

	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações fiscais	523	529
	523	529

Diz respeito a responsabilidade deste Centro, no tocante a retenção de tributos e encargos sociais incidentes sobre a prestação de serviços contratados, bem como o pagamento dessas importâncias em favor dos Órgãos de Administração Pública Tributária competente.

13 Provisão para Contingências

	31/12/2017	31/12/2016
Provisões civis	332	554
Provisões trabalhistas	3.335	4.039
Circulante	3.067	5.627
Não circulante	3.610	5.846
	3.967	5.993

A constituição de demandas civis e trabalhistas, agrupadas, periodicamente, em curto e longo prazos, decorrem de posicionamentos jurídicos interpostos pelas partes reclamantes opostas a este Centro. Com efeito, as estimativas de gastos são registradas contabilmente na medida em que as possibilidades de risco são inconhecíveis, porém, remotamente reversíveis a depender do objeto tutelado.

14 Contrato de Gestão
É o acordo pelo qual o Ministério da Educação (MEC), órgão supervisor do contrato, realiza os repasses financeiros em conformidade com o plano de trabalho pautado por esta Organização.

Os aportes de recursos contidos nesse Contrato de Gestão são controlados em conta corrente distinta no ativo deste Centro, sendo contraída contábilmente sobre os objetivos aranzados no Edital. Ao passo que os projetos são concretizados, as obrigações vinculadas são realizadas e a respectiva receita é apropriada ao resultado do exercício.

15 Adiantamento de Clientes

	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento de Clientes - circulante	750	46
Adiantamento de Clientes - não circulante	1.425	9.984
	2.175	10.030

São os valores arrecadados pelo Cebraspe, oriundo das taxas de inscrições contidas nos editais dos concursos públicos e outros eventos em andamento, dos quais serão demonstradas aos contratantes por meio de prestação de contas e da emissão do documento fiscal.

16 Patrimônio Social
O patrimônio social foi integralizado, no início, por bens tangíveis cedidos pela FUB, para o desenvolvimento das atividades inerentes ao Estatuto Social, em harmonia com o Decreto Presidencial nº 8.075/2013.

17 Recetas

	31/12/2017	31/12/2016
Recetas	208.820	465.493
Vendas Canceladas	(31.894)	-
	176.926	465.493

São os ingressos de recursos obtidos na contratação com terceiros, consoante a prestação de serviços na organização dos concursos e eventos, em conformidade com o plano de trabalho pautado por esta Organização.

18 Custos e Despesas Operacionais

	31/12/2017	31/12/2016
Serviços de autônomos	(85.532)	(225.066)
Demais custos	(22.339)	(65.788)
Pessoal	(52.263)	(52.530)
Utilidades e serviços	(22.831)	(17.929)
Despesas gerais	(81.572)	(65.488)
	(244.529)	(454.793)
Custos Operacionais	(107.871)	(280.864)
Despesas Operacionais	(136.658)	(173.929)
	(244.529)	(454.793)

O gasto dispendido, nas rubricas contábeis de custos e despesas, comparativamente, apresentou redução econômica ponderável. Salienta-se nessa análise, dispêndios com a organização de concursos e eventos e suporte as atividades "meio" deste Centro, atendidos os preceitos orçamentários anteriormente aprovados.

19 Demonstração de Resultados Abrangentes
Segundo o CPC nº 26, a "Demonstração de Resultados Abrangentes" (DRA) exprime as receitas, os custos, as despesas e outras mutações que afetam o patrimônio, porém não contidas na "Demonstração do Superávit".

Paulo Henrique Portela de Carvalho
Diretor-Geral
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE
Fábrica de Moura Machado Oliveira
Contadora CRCDF nº. 021.550/O-0

efetuou o levantamento da vida útil-econômica remanescente desses bens registrados no seu ativo imobilizado, bem como não realizou os testes de recuperabilidade de ativos registrados em 31 de dezembro de 2017.

Confirme apresentado na nota 7, em 31 de dezembro de 2017 o Centro possui tributos a serem recuperados no montante de R\$ 9.260 mil. O Centro não nos apresentou um estudo demonstrando a possibilidade de recuperabilidade desses tributos. Como consequência, não foi possível aplicarmos procedimentos adicionais de auditoria que nos permitissem concluir sobre a adequação dos valores naquela data. As demonstrações financeiras apresentadas não contemplam quaisquer ajustes referentes a este tema. Adicionalmente, o Centro efetua a retenção e o recolhimento do ISS dos prestadores de serviços somente no Distrito Federal, independentemente do local onde são prestados os serviços.

Realizamos o procedimento de confirmação dos saldos junto aos assessores jurídicos do Centro em 31 de dezembro de 2017 e não recebemos todas as respostas solicitadas nas nossas cartas de confirmação (circulares). Não nos foi possível, nas circunstâncias, efetuarmos procedimentos alternativos de auditoria que nos possibilitassem concluir quanto à adequação da provisão para contingências registradas em 31 de dezembro de 2017.

Outros assuntos
Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes e emitiram o relatório datado em 09 de fevereiro de 2017, contendo as mesmas qualificações técnicas que estamos apresentando no presente relatório, bem como que os auditores anteriores indicaram que realizaram o procedimento de confirmação dos saldos junto aos clientes do Centro em 31 de dezembro de 2016 e não receberam todas as respostas solicitadas nas nossas cartas de confirmação (circulares) que encontramos divergências nos saldos e respondidos quando comparados com os saldos registrados na contabilidade naquela data, e que por isso não foi possível, nas circunstâncias, efetuarmos procedimentos alternativos de auditoria que nos possibilitassem concluir quanto à adequação dos valores de clientes, bem como das receitas relacionadas, registrados em 31 de dezembro de 2016.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração do Centro é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, Nosso opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.





Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Centro continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Centro ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Centro são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
- O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Centro.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Centro. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Centro a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Forneçemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo (SP), 26 de janeiro de 2018.

TATICCA Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP-03.22.67/O-1

Aderbal Afonso Hoppe

Sócio

Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

O Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe) é uma associação civil sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto n.º 8.078, de 19 de agosto de 2013, nos termos da Lei n.º 9.637, de 15 de maio de 1998, com o objetivo de realizar atividades de gestão de programas, projetos e apoio técnico e logístico para subsidiar sistemas de avaliação educacional. Em 2014, foi firmado Contrato de Gestão com o Ministério da Educação (MEC), com a intervenção do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e da Fundação Universidade de Brasília (FUB). Em 2017, foram realizadas diversas ações entre as equipes técnicas do Cebraspe, do Inep e da Fundação Universidade de Brasília para definição do conjunto de ações a serem desenvolvidas no âmbito do Contrato de Gestão. O trabalho resultou na elaboração do Plano de Ação do Contrato de Gestão, o qual contemplou o conjunto de ações e os recursos financeiros necessários ao fomento das ações para cada um dos órgãos intervenientes. Todas as atividades mencionadas resultaram na proposta do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão n.º 001/2014, a qual foi

encaminhada ao Ministro de Estado da Educação, conforme Ofício Cebraspe n.º 314/2018. Em relação aos recursos oriundos do Contrato de Gestão no ano de 2017, não houve repasse nem utilização de recursos. O saldo em 31 de dezembro de 2017 é resultado do somatório do valor remanescente de 2016 à receita oriunda da aplicação financeira ao longo de 2017. Histórico dos valores do Contrato de Gestão: 1) Saldo do exercício anterior = 1.522.658,62; 2) Receita financeira líquida = 135.889,53; 3) Saldo em 31 de dezembro de 2017 = 1.658.548,15.

Paulo Henrique Portela de Carvalho

Diretor-Geral

Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – Cebraspe

Fabiana de Moura Machado Oliveira

Contadora CRC/DF n.º 021.550/O-0